

Nesta segunda-feira, 13/10, a Fundação São Paulo deverá concluir os estudos para a apresentação de uma proposta de contrato docente, que deverá entrar em vigor já em 2015. No dia 18/6 a Fundasp publicou o ato 02/2014, onde convocava uma comissão que constituiria o Grupo de Trabalho para estudar o contrato docente. Este grupo foi formado pelos professores Godofredo Borges, diretor da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, Francisco Serralvo, diretor da FEA, Marcio Alves da Fonseca, diretor da Faficla, Marcia Almeida Batista, diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Neide Noffs, diretora da Faculdade de Educação, Alexandra Geraldini, da Reitoria, Padre Rodolpho Perazzolo, da Fundação São Paulo, Maria Amália Andery, pró-reitora de Pós-

Desde o início o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, salientou que o grupo teria apenas funções consultivas, cabendo à Fundasp a tarefa de propor e implementar novas formas de contrato.

Embora o ato 02/2014 aludisse à preocupação de manter as conquistas alcançadas pelos professores, ressaltava que a preocupação principal da Fundasp se centraria nos altos custos da folha docente.

A APROPUC deliberou em assembleia que participaria do grupo na condição de observadora, levando ao GT as opiniões dos professores. Desde o início a entidade defendeu a preservação das conquistas históricas dos docentes da PUC-SP vendo com preocupação qualquer tentativa de mudança contratual alicerçada em parâmetros meramente financeiros.

PROPOSTAS DE 2011

No dia 4/8 foi realizada a primeira reunião do GT. A primeira proposta apresentada foi o texto aprovado pelo Consun em

FUNDAÇÃO DEVE APRESENTAR PROPOSTA PARA NOVO CONTRATO DE TRABALHO NESTA SEMANA

2011 e que até agora não foi implementado. Esse texto sofreu à época várias críticas de docentes e da própria APROPUC - nesta edição apresentamos uma reflexão dos professores da FEA sobre as perdas decorrentes desta proposta.

A APROPUC realizou vários encontros onde discutiu o andamento dos debates do GT. Sobre os modelos de universidades apresentados (PUC-Chile e Notre Dame) a opinião dos professores é que se tratavam de universidades onde predominam modelos contratuais mercantilistas, nos quais o aspecto acadêmico era pouco privilegiado.

Discutiu-se também a divisão contratual dos professores entre os que só se dedicavam ao ensino, aqueles que se dedicavam à pesquisa e ao ensino, preceptores e extensão. Em uma das reuniões o professor Serralvo, sugeriu a criação de um teto de 30 horas para os docentes que só

dedicam ao ensino, o que para a professora Maria Amália representaria um estímulo para que mais docentes subirem na carreira.

No dia 8/9 o padre Rodolpho solicitou uma simulação para a Divisão de Recursos Humanos onde as cargas horárias apresentavam um número mais elevado de atividades para um mesmo salário. Por exemplo, um professor teria que ter 20 horas atividades para perfazer um contrato de tempo integral. Esta proposta, além de depauperar ainda mais as atuais condições de trabalho seguia na contramão da CLT que prevê a irredutibilidade salarial em seu texto. No entanto, mesmo assim, a simulação da proposta apresentava prejuízos para a universidade.

A carreira também foi alvo de discussão e lembrou-se a situação de penúria em que boa parte da universidade se encontra, pelo represamento de seus docentes: foi anunciado na reu-

nião que 475 docentes, quase um terço da categoria está apto a ingressar ou subir na carreira, mas que tal procedimento é barrado pela universidade por questões financeiras.

Também foi levantada a condição de exploração em que hoje se encontram os docentes da pós-graduação, tendo de se submeter a orientar um número de alunos bem maior do que aquele aceito pela Capes.

JUBILAMENTO

Outra preocupação do GT foi com a idade máxima em que um professor pode ficar na universidade. As discussões encaminharam para a idade de 75 anos, quando o professor se aposentaria compulsoriamente. A Fundasp aventou a hipótese de que o docente cessaria seu vínculo com a universidade nesta idade e que receberia, por um prazo a ser determinado, o plano de saúde básico da PUC-SP. A APROPUC e outros integrantes do GT lembraram da condição precária com que o docente deixaria a universidade, sem um plano de previdência, o que a Fundasp deverá estudar.

Encerrando o ciclo de debates do GT a Fundação deverá anunciar a sua proposta. Mas não é sem motivo que os docentes da PUC-SP aguardam com pessimismo o resultado que será apresentado: as análises feitas tanto pelos docentes como pela própria APROPUC encaminharam para o entendimento de que as propostas discutidas tendem prioritariamente para o saneamento da universidade, esquecendo-se da excelência acadêmica que nestes anos foi a marca fundamental da PUC-SP.

Por isso a APROPUC conclama os docentes da universidade a discutir e rechaçar qualquer tipo de contrato que avilte mais ainda nossas condições de trabalho e salário.

Departamento de Economia analisa propostas sobre contrato docente

O Colegiado do Departamento de Economia reuniu-se nas últimas semanas para discutir possíveis implicações que novas propostas poderão causar aos contratos docentes. Em carta enviada ao diretor da FEA, professor Francisco Serralvo (que também participa do GT que analisa mudanças no contrato docente), os professores de Economia ressaltam a proposta apresentada em 2011 à Fundasp, comparando-a com as situações anteriores e posteriores à maximização. A integralidade deste documento pode ser conferida em www.apropucsp.org.br.

Em princípio os professores levantaram as seguintes premissas:

✓ Manutenção dos contratos como "contratos coletivos".

✓ Os novos contratos devem respeitar os princípios que unificam ensino, pesquisa e extensão que garantem a qualidade dos cursos e a formação de quadros no processo de ascensão da carreira.

✓ O novo contrato não deve ferir os direitos trabalhistas adquiridos e que representam importante diferencial entre a qualidade da PUC/SP e suas concorrentes.

✓ Saídas humanas para os processos de aposentadoria dos professores com idade superior a 70-75 anos.

✓ Solução para os professores probatórios e repesados.

Em seguida o documento analisa detidamente os contratos de trabalho antes e depois da maximização, juntamente com a proposta apresentada em 2011 e que começou a ser discutida pelo GT. A comparação é feita através da tabela que reproduzimos nesta página.

Apresentação e clarificação da Proposta

A tabela acima busca demonstrar de forma comparativa os tipos de contratos, antes da maximização, o atual e o proposto (prop2). Assim apresenta:

a. A coluna B apresenta o contrato antes da maximização (que vigorou até 2005):

✓ Para este contrato, créditos - coluna A - equivalem às faixas contratuais TP10 (de 4 a 5 créditos) até TI40 (de 16 a 18 créditos) apresentados na coluna B.

b. A coluna C apresenta o contrato atual maximizado que alterou todas as faixas para o teto das anteriores.

✓ Assim TP5 passou a estar entre 4 e 5 créditos e TI40 entre 17 a 18 créditos.

✓ A coluna D contabiliza a maximização aferida pelo atual contrato. Demonstra que praticamente todas as faixas tiveram uma perda de 5 horas contratuais por conta da maximização.

c. A coluna E apresenta a nova proposta de horas contratuais em discussão com as seguintes características:

✓ A coluna A que antes denomina-

va créditos, passa agora a auferir horas-atividades com alunos na graduação e na pós-graduação.

As horas-atividade envolvem todas as atividades com alunos dentre as quais destacamos: aulas na graduação e na pós-graduação; orientações de mestrado e doutorado.

✓ A proposta apresentada na Coluna E altera o conceito de horas contratuais divididas em TP5, TP10 ... TI40 para novas treze faixas de 06 horas-atividade até 18 horas-atividade. Agora, cada hora-atividade - coluna A - corresponde a uma nova hora contratual apresentada na coluna E.

✓ A coluna F apresenta a piora (-) ou melhora (+) em termos de horas contratuais comparando a proposta apresentada (prop 2) em relação às horas contratuais atualmente maximizadas. Demonstra que as faixas de 07, 09 e 11 horas-atividade melhoram em relação ao contrato atual, enquanto as faixas 08, 13 e 15 perdem em relação ao contrato atual maximizado. Na média geral, há uma pequena elevação na maximização geral.

✓ A coluna G procura mostrar em que faixas a maximização cresceu em relação ao contrato atual ou caiu. Mostra a maximização acumulada.

d. A coluna H apresenta as horas contratuais dos professores que estiverem engajados em pesquisa.

✓ Todos os professores da pós-graduação devem estar engajados em pesquisa.

✓ Apenas professores doutores podem ser considerados como pesquisadores.

✓ Para entrar nesta categoria, devem ter no mínimo 13 horas-atividades antes definidas.

✓ A coluna I mostra que os professores engajados em pesquisa com horas-atividades superior a 14 (coluna A) ganham 5 horas em relação aos contratos atuais (coluna C).

Através da comparação gráfica entre as três situações conclui-se que:

a. É possível ver a diferença entre os contratos (novo e atual) e o contrato antes da maximização.

b. O contrato de professores com pesquisa é retoma a base em horas contratuais de antes da maximiza-

Quadro comparativo dos diferentes sistemas contratuais

A	B	C	D	E	F	G	H	I
Horas ativid. créditos	Contrato antes maximiz	Contrato atual maximiz	(-) piora (+) melhora C-B	Prop. 2	(-) piora (+) melhora E-C	(-) piora (+) melhora acum. D+F	Prof. Pesq. 2	(-) piora (+) melhora H-C
3		5						
4	10	5						
5	10	5						
6	15	10	-5	10	0	-5		
7	15	10	-5	12	2	-3		
8	20	15	-5	14	-1	-6		
9	20	15	-5	16	1	-4		
10	25	20	-5	20	0	-5		
11	25	20	-5	22	2	-3		
12	30	25	-5	25	0	-5		
13	30	30	0	28	-2	-2	30	0
14	35	30	-5	30	0	-5	35	5
15	35	35	0	32	-3	-3	40	5
16	40	35	-5	35	0	-5	40	5
17	40	40	0	40	0	0		
18	40	40	0	40	0	0		
			-45		-1	-46		15

ção, exceto pela faixa de 14 horas-atividades em que é superior.

c. O contrato proposto é praticamente igual ao atual maximizado até as faixas 12-13 de horas-atividades e se torna ligeiramente inferior ao atual para as faixas entre 14 a 17 horas-atividades.

Em complementação à proposta, estão em discussão no Grupo de Trabalho constituído pela Fundação São Paulo os seguintes pontos adicionais:

✓ Contratos mínimos para professores não pesquisadores de 12 horas atividade.

✓ Contratos máximos para professores não pesquisadores de 14 horas atividades.

✓ As horas administrativas não estão computadas no sistema de cálculo.

✓ Limite de idade em 70-75 anos para aposentadoria compulsória.

Nossa avaliação e análise da proposta apresentada:

✓ A proposta de novo contrato mantém eleva ligeiramente a maximização já tanto criticada na universidade o que deveria ser repensado dado que:

a. Prejudica a qualidade dos cursos; b. Dificulta a possibilidade de um professor alcançar a categoria de pesquisador.

✓ O crescimento da maximização (perdas) se encontra nas faixas superiores 13 e 15 horas-atividade, prejudicando aqueles que se dedicam mais à universidade.

✓ A quebra da proposta em 13 novas categorias de contrato significa, a rigor, novos contratos por hora-

atividade ou, o que seria o mesmo que hora-aula.

✓ A proposta desvincula ensino e pesquisa gerando duas categorias de professores.

a. Professores que desenvolvem pesquisa.

b. Professores horistas que apenas darão aulas.

✓ Tanto professores mestres como especialistas deveriam poder se enquadrar como pesquisadores e não apenas doutores como está na proposta garantindo a ligação lógica entre ensino e pesquisa na progressão da carreira e formação de novos quadros.

✓ O Conceito de professor pesquisador deveria considerar como pesquisadores aqueles que contemplam pelo menos um dos requisitos abaixo:

a. Orientam trabalhos de iniciação científica; b. Participam em grupos de pesquisa; c. Possuem publicação regular em periódicos científicos; d. Apresentam regularmente artigos em congressos; e. Realizam regularmente trabalhos técnicos que são publicados; f. Possuem projetos de pesquisa aprovados pelos órgãos colegiados internos à universidade; g. Que possuem projetos de pesquisa financiados por órgãos externos.

✓ A definição de contratos mínimos para professores não pesquisadores e que apenas dão aulas na graduação dificulta a alocação dos professores deixando o risco de não termos professores para determinadas turmas.

✓ Deve ser determinado, claramente, como serão contabilizadas as Horas Administrativas em relação às horas-atividade, inclusive com pesquisa.

A PUC tem jeito?

Gestar e parir um projeto abrangente

Nesta seção publicaremos contribuições de professores, estudantes e funcionários que apresentem ideias para um projeto novo de universidade, que supere a atual crise da PUC-SP. As contribuições podem ser enviadas ao PUCviva em textos com até 5000 caracteres com espaço

Prof. Dr. Jorge Claudio Ribeiro

Ouçõ com frequência que a PUC-SP "perdeu sua alma, virou uma ruína". De uns tempos para cá, em todas as reuniões de que participo e após intermináveis minutos de baixo astral generalizado, saio com um travo na garganta. Nos corredores e mesmo nas calçadas, quando cruço com colegas, gente valorosa, é reiterado o comentário de que perderam a esperança de esta universidade voltar a ser o que foi um dia, ou que tenha um futuro significativo. Mais travo na garganta.

Tento compreender essa situação na qual estamos atolados. Afinal, o problema está na instituição? Em nós, trabalhadores? Em ambos? Arrisco uma hipótese, não por diletantismo, mas por sobrevivência: entendendo que à PUC-SP falta um projeto pelo qual valha a pena vivermos.

Mas nem sempre foi como é hoje, com essa contabilidade de padaria, esse cada-um-por-si, esse desalento. Um esboço lacunar de uma "arqueologia do projeto puquiano" mostra que, em 1946, esta universidade resultou de uma proposta avançada da Ação

Católica no interior de um catolicismo conservador, pré-Concílio Vaticano II. A seguir, o projeto tratou de enuclear diversas faculdades católicas isoladas e construir uma unidade. A década de 60 presenciou o acerto de contas da Igreja com a modernidade e sua opção pelos pobres, a pí-lula, os Beatles, a ditadura militar e a resistência a ela, os hippies, os estadunidenses having a dream, invadindo o Vietnã e pisando a Lua, um inesquecível mês de maio em Paris. Isso tudo e mais um pouco levou a PUC-SP a afastar um clérigo da reitoria e substituí-lo por um leigo, a produzir a peça Morte e Vida Severina e fazer uma reforma universitária própria, criando o Pós e o Ciclo Básico. Completando o quadro, esta instituição sofreu o baque da suspensão de verbas públicas - o que inaugurou um impasse insolúvel na gestão econômica.

Nas gestões Nadir Kfoury (1977-1984), o projeto de universidade atingiu seu ápice, viabilizando propostas de excelência acadêmica e também de democracia, tanto para si mesma quanto para a Nação. Nesse quadro, foi decisiva nossa articulação com a sociedade civil e com o grão-chanceler e arcebispo da cidade, Dom Paulo Evaristo Arns, um dos campeões da oposição à ditadura e também da Teologia da Libertação. Não por acaso, nesse período nosso campus foi invadido, e incendiado nosso teatro, palco/templo da resistência democrática.

Durante esse período, que se pode denominar "Renascença Puquiana", participar da vida do campus era glorioso e nos enchia de vitalidade.

Passada a ditadura, "ser oposição" já não bastava. Aos poucos nos demos conta de que não nos mantínhamos tão gigantes, e que era necessário arregaçar as mangas no cotidiano. No rescaldo do período anterior, a PUC-SP manteve a mística da "universidade-para-o-povo", promoveu a qualidade de seu ensino através de um contrato docente favorável, que incluía a pesquisa. Entretanto, o impasse do financiamento do modelo se aprofundava mensalmente. Em 1985, o reitor Wanderley iniciou uma discussão sofisticada sobre a identidade da PUC-SP que, enquanto "instituição privada com dimensão pública", estava madura para ser "estadualizada", isto é, encampada por alguma universidade estadual paulista. A princípio, o debate pegou fogo, mas durou pouco e se apagou após alguns meses, simplesmente porque não apareceu comprador.

Desde então, esta universidade restringiu-se a pagar as contas no início de cada mês e a flertar com uma mantenedora sempre à espreita. Esse não-projeto quase emplacou no início dos anos 1990; mais adiante, no início do milênio, diante de um déficit enfim conhecido em sua insuportável extensão, a Fundação São Paulo acabou por tomar as rédeas e, com a colaboração dos ban-

cos, relegou três reitorias a segundo plano, quando não à irrelevância. Depois das centenas de demissões (talvez um milhar), da sangria desatada no número de alunos, de uma reitoria sem liderança e obediente a seu único eleitor e de uma fundação que paira acima da universidade, chegamos ao dia de hoje, indefesos.

Há décadas estamos à deriva, vivendo dos tênues lampejos de um passado brilhante. Urge, pois, a comunidade universitária retomar a iniciativa e construir coletivamente um pacto amplo, capaz de instilar entusiasmo e (por que não?) de justificar sacrifícios. As premissas para gerar/parir tal projeto são: o debate/reflexão sem timidez (a série "A PUC-SP tem jeito?", agora iniciada, é uma boa tribuna); a transparência nas informações; a utopia pé-no-chão; o pensar a totalidade para além dos feudos. A partir daí, iniciar um amplo processo de apresentação e discussão de propostas envolvendo as instâncias formais, as entidades representativas, todos os segmentos da comunidade e da sociedade.

Não se pode garantir que o pacto nascido desse processo dará certo. Entretanto, ele tem boas chances, uma vez que nasce da história e das forças ainda vivas desta universidade. Mesmo porque, sem projeto, ninguém sobrevive. Vale a pena recomeçar.

Jorge Claudio Ribeiro é professor da Faculdade de Ciências Sociais

FALA COMUNIDADE

Tentar negociar sem submissão

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Já se afirmou que o sufrágio universal é uma espécie de termômetro da maturidade dos trabalhadores. Estes, a se julgar pelas eleições de domingo, 05 de abril, estão longe do ponto de ebulição. Mas diversos setores das classes médias, de tão perplexos, topam qualquer negócio para evitar novo triunfo da direita capitaneada pelo PSDB. O objetivo deste texto é estimular o rápido debate sobre como atuar na segunda fase das eleições a partir de uma perspectiva proletária, popular e democrática. Inexiste aqui a pretensão de abordar todas as questões em jogo ou de esgotar o assunto sobre as que forem tratadas.

A direita cresce dentro e fora do jogo eleitoral

De fato, ocorreu um forte avanço numérico da direita. E de um novo tipo de direita, pois esta não se instala somente no interior de grandes partidos onde o peso fica mais diluído. Também se organiza em diversos partidos nanicos vitoriosos, o que lhe confere maior homogeneidade e potencializa sua capacidade de barganha. Eis um alerta para quem propõe reforma política por meio de constituinte exclusiva. Corre-se o sério risco de, em nome das "mudanças", o quadro institucional piorar, com maiores empecilhos à existência de partidos e movimentos contra a ordem estabelecida.

O avanço eleitoral da direita já era esperado, até porque já ocorre, dentro e fora do jogo partidário, em diversos países. No caso do Brasil, ele se expressou, na bárbara agressão ao povo do Pinheirinho; na política de pacificação implementada no Rio de Janeiro; na matança sistemática de jovens das periferias das grandes cidades; no extermínio de populações indígenas; na ofensiva das frações burguesas mais

vinculadas ao rentismo, ofensiva que impõe sérias capitulações ao governo Dilma e desnorteia importantes segmentos da burguesia interna; no abandono do barco por grandes centrais sindicais com apurada sensibilidade para a direção dos ventos; em rachaduras na base aliada. E, convenhamos, a atual composição do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais não é exatamente favorável à esquerda. Em que se fundava a expectativa de que esta realizasse um grande salto nestas eleições?

Eleições à moda burguesa

Apesar das limitações estruturais impostas pelo caráter burguês do Estado à democracia liberal, em diversos países o movimento operário e popular conseguiu importantes avanços eleitorais. Todavia, a brutal mudança na correlação de forças nos planos nacionais e internacional também afetou o cenário. Não nos defrontamos "apenas" com eleições burguesas no mencionado sentido estrutural. Participamos de pleitos realizados sob uma avassaladora presença do modo burguês de participação eleitoral. As eleições custam caro e o debate transcorre, no fundamental, em torno de propostas que correspondem mais diretamente aos interesses de frações burguesas, cabendo aos trabalhadores a ingrata posição de calcular, a partir de informações e critérios transmitidos pelos grandes meios de comunicações burgueses, os maiores ou menores prejuízos que terão caso vença esta ou aquela candidatura burguesa.

Isto implica isolamento muito maior do núcleo do processo eleitoral em relação às classes populares. Sobre o puro ato do voto. Os rios Tietê e Pinheiros fedem, mas a cidade está higienizada de participação eleitoral popular.

Este novo encapsulamento que não é de caráter fundamentalmente tecnológico (novos meios de comunicação e/ou re-

estruturação produtiva). Afinal, no ano passado, as ruas brasileiras foram palcos de amplas manifestações de massas que eclodiram apesar da (e contra a) intensa criminalização por fortes aparatos de violência direta e pelas grandes empresas de comunicação; e recorrendo às chamadas redes sociais. Isto nos leva a um rápido reexame de alguns aspectos das manifestações de junho.

Esgotamento de um ciclo, com a esquerda e a direita nas ruas

Na medida em que estas manifestações materializaram o fim de cerca de dez anos de política meramente institucional no Brasil, elas sinalizam, independentemente de quem vencerá as eleições neste segundo turno, o final de um ciclo. Jovens foram às ruas, enfrentaram pesados aparelhos repressivos, conquistaram ampla legitimidade para suas lutas e reinventaram meios de participação popular que sinalizavam grande margem de autonomia. Isto não surgiu como um raio do céu azul, mas foi precedido de muitas lutas, inclusive do próprio MPL.

Apesar da forte legitimação da "voz das ruas", não houve qualquer política séria em relação aos transportes coletivos; as seletivas denúncias de escândalos de corrupção aumentaram; a grande imprensa se prestou a uma extraordinária ofensiva do capital rentista e de segmentos da alta classe média contra o governo Dilma, que recuou; e amplos segmentos da burguesia interna foram desconstruídos. O divórcio entre o PT e as massas de classe média e proletária (subproletários inclusos) mais combativas aumentou sem que estas conquistassem qualquer vitória política significativa.

Segmentos de direita da classe média também foram às ruas, chegando, inclusive, a impor séria derrota às esquerdas presentes no que seria a comemoração

da vitória do MPL em São Paulo. Eles reforçaram o sentimento antipetista por pura inclinação ideológica e deram sua contribuição para inflar o voto na direita. Mas seria um equívoco profundo não somente responsabilizar os movimentos contra a elevação da tarifa como isentar o governo petista pelos apuros sofridos na atual conjuntura eleitoral. E, acima de tudo, a "lição" que milhões de subproletários receberam é que de nada valeram as ações de massa, cabendo ficar à mercê dos "políticos". Abraços em Sarney, Collor e Maluf. Troca-troca que levou Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos; governador da base aliada chamando popular de otário. Seja Brizola ou Göran Therborn, políticos experientes e teóricos argutos já observaram que o universo de interpelações ideológicas não se limita ao que existe ou não existe, ao bom ou ruim, mas também ao que é possível ou impossível. Os governos petistas são responsáveis por uma tremenda desmoralização ideológica das lutas populares no Brasil. Alckmin e Russomano (o derrotados de 2012) só têm motivos para agradecer.

Em situação grave, manter o senso tático e estratégico

Não se trata de negar a gravidade de uma situação em que o candidato preferido das frações rentistas em plena ofensiva contra a burguesia interna tem reais chances de ganhar as eleições. Mas é preciso levar em conta que a burguesia interna é pouquíssimo combativa, exceto no ataque aos direitos dos trabalhadores; que o PT, um partido burguês com forte penetração junto às classes populares, não é de direita mas desliza para a direita; que, mesmo com a vitória reeleição da presidenta Dilma Rousseff, o panorama institucional será ainda mais

continua na próxima página

continuação da página anterior

conservador do que o vigente. As forças que se pretendem antissistêmicas não possuem qualquer razão para ir à reboque de uma frente neodesenvolvimentista, cuja "sensibilidade social" fica no subzero.

Eis um bom momento para exercer a autonomia e, nesta condição, se propor a negociar politicamente o apoio crítico à chapa governista. Assunto não falta. Por exemplo: 1) detenção imediata do massacre aos povos indígenas; 2) tolerância zero para o trabalho escravo; 3) combate ao oligopólio dos meios de comunicação; 4) desativação da máfia dos transportes coletivos com vistas à implementação da tarifa zero; 5) reforma agrária e política de habitação popular com ativa participação dos maiores interessados: os sem-terra e os sem-teto; 5) defesa do meio ambiente; 6) aumento progressivo do salário-mínimo e sistema tributário progressivo; 7) auditoria da dívida externa e fim do superávit primário; 8) combate ao racismo e à homofobia; 9) desmilitarização das polícias militares; 10) apoio às lutas emancipatórias femininas, a começar pelo combate ao patriarcalismo; 11) uma política externa soberana que contribua para deslegitimar pretensões imperiais e fortalecer as relações pacíficas entre os povos.

Eis alguns pontos que as esquerdas, caso entrem em acordo, podem propor para uma negociação digna que, sem se colocarem a reboque de uma burguesia interna antipopular, possibilite um apoio crítico à chapa governista e mantenha a autonomia organizativa, política e ideológica de cada organização.

Seja qual for o resultado desta tentativa, ela será bastante útil para clarificar as posições das esquerdas no segundo turno e, principalmente, depois das eleições.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor do departamento de Política da PUC-SP. Autor de Ideologia nacional e nacionalismo. São Paulo: EDUC, 2014.

A íntegra do artigo está em www.apropucsp.org.br



Fernando Martín Peña e Idibal Pivetta falam sobre censura durante os regimes militares

Evento debate cinema e teatro na ditadura militar

Na quarta-feira (08/10) pela tarde, o tema do debate do V Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade da PUC-SP foi "O uso da cultura pelas ditaduras e a resistência: teatro e cinema". A atividade coordenada pela doutora em Psicologia Social Leda Maria de Oliveira Rodrigues contou com a presença do crítico de cinema argentino Fernando Martín Peña e do jornalista, advogado e escritor brasileiro Idibal Pivetta.

Peña contextualizou a censura cinematográfica durante a ditadura argentina de 1966 a 1973. Os filmes passavam por avaliações que mediam o teor do conteúdo abordado e faziam cortes de cenas. A instituição responsável pela censura, quando a repressão aumentou, começou a proibir uma série de produções. O chamado "cine militante" ganhou força nessa época através da obra-prima de Fernando Solanas, "La hora de los hornos", que rompeu com

a ideia de filme como produto de consumo burguês, se caracterizando como ferramenta mobilizadora do povo.

Os "cineastas militantes" tinham que se aproximar das organizações armadas, mesmo que estas não tivessem uma política cultural definida - já que essa pauta era secundarizada em muitos setores da esquerda - a fim de encontrar proteção. Os filmes eram produzidos apenas pelos cineastas, mas as organizações armadas ajudavam na reprodução, traçando um circuito informal de exibição, a partir da rota de viagem que seguiriam. Os filmes eram exibidos principalmente em casas, paróquias e até universidades. A partir de 76 a censura aumentou e os filmes militantes passam a ser exclusivamente clandestinos ou produzidos em exílio. Três cineastas do segmento militante desapareceram depois que a ditadura endureceu.

Já Pivetta, que carrega o pseudônimo César Vieira, tratou da questão da cen-

sura brasileira no teatro. As peças eram mandadas para o Departamento Federal de Censura para serem analisadas e o texto raramente voltava sem cortes ou não era proibido. E, para garantir que roteiros cortados seguiriam as modificações e as peças proibidas não seriam reproduzidas, os censores assistiam às apresentações. Pivetta, que era advogado de presos políticos, teve textos expressamente proibidos sem ao menos passar pela análise, apenas por sua opção política claramente definida. Por isso resolveu assinar suas criações com um pseudônimo, que foi descoberto dois anos depois.

O escritor pontuou que hoje em dia o teatro não tem censura política, mas tem censura econômica: peças que são a favor do sistema vigente têm patrocínio, têm visibilidade, por mais rasas e sem conteúdo que sejam. Já peças que contestam o capitalismo e que tecem críticas à burguesia são deixadas de lado e não ganham a publicidade que deveriam.

GAUCHE NA VIDA

Revolução ou barbárie

Otto Filgueiras

Vença quem vencer o segundo turno, a situação econômica vai piorar e os comunistas, a esquerda revolucionária, se ainda quiser pongar no bonde da história, precisa se preparar para lutar nas ruas pela alternativa operária e popular: criticar as concessões à classe média conservadora, que quer a PM matando pobres e negros nas periferias, e entender que a luta é de longa duração. E não ter receio de resgatar sua trajetória, aprender com os erros do seu passado, deixar de cultivar heróis, pensar e fazer grande.

O inconformismo com a política burguesa se confirmou pelo resultado das eleições de domingo passado: mais de 30% do eleitorado ou se absteve ou votou nulo ou em branco. Enquanto isso, o PT viu reduzida sua representação na Câmara dos Deputados: de 86 para 70 parlamentares. Encolheu mais de 18%. É a menor bancada desde 2002, quando o partido chegou ao poder central da República. Apesar da queda, o petismo chapa branca e a sua coligação conservadora continuam com a maioria na Câmara Federal.

Já o PSDB elegeu a terceira maior bancada e terá 55 deputados, 11 a mais do que atualmente. Dos três grandes partidos, com mais de 50 deputados, apenas o PSDB cresceu.

O conservadores Pros, PSD, Solidariedade e PEN elegeram 75 deputados. Criadas depois de 2010, as três siglas, pela primeira vez, terão representantes eleitos.

E o PCdoB teve a sua representação na Câmara dos Deputados reduzida de 15 para 9 parlamentares.

O reacionário e populista Celso Russomano (PRB-SP), que apoiou Alckmin e Aécio Neves em São Paulo, foi eleito

com 1.524.361 de votos. Tiririca (PR-SP), que apoiou Padilha e Dilma, ficou com 1.016.796 milhões de votos.

Entre os partidos da esquerda revolucionária, o PSOL foi o único que cresceu. Luciana Genro, gostando ou não dela, ficou em quarto lugar, com 1,55% dos votos. Mauro Iasi, do PCB, foi o que obteve menos votos entre os candidatos a presidente, menos de 0,7%. Na Bahia, por exemplo, enquanto Dilma alcançou quase 4,3 milhões de votos, Mauro Iasi obteve menos de 3 mil votos. Agora não adianta dizer ter poucos militantes.

Ao contrário do período da ditadura, quando o então MDB da transição conservadora ganhava nas capitais, nos estados das regiões sudeste, sul e grandes cidades, Dilma e a sua coligação de petista chapa branca, comunistas e logotipo e outros tiveram sucesso no Norte, Nordeste e também em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O neoliberal Aécio Neves foi vitorioso no Centro-Oeste e Sudeste do Brasil.

Enquanto isso, a burguesia se divide em quem apostar suas fichas no segundo turno: Dilma ou Aécio Neves.

Não podemos esquecer que a hegemonia absoluta do capital financeiro e sua política econômica mostraram-se inviáveis, pois implicava o aumento da instabilidade macroeconômica. Por isso, no segundo governo FHC, implantou-se outro regime: metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante. Com isso se reduziu a vulnerabilidade externa e a instabilidade econômica. E isso significou mudanças importantes do bloco no poder no primeiro governo Lula.

A fração do capital exportador de commodities industriais e agropecuárias, o agronegócio, foi fundamental para o novo pa-

drão de desenvolvimento capitalista no Brasil, fazendo com que o capital financeiro compartilhasse sua hegemonia. O efeito da crise na China sobre o balanço de pagamentos do Brasil reduziu a vulnerabilidade externa conjuntural do país e permitiu, durante o segundo governo Lula, menor superávit fiscal primário e mais gasto do governo com o PAC, manutenção das metas de inflação, menores taxas de juros e intervenção no câmbio para acumulação de reservas.

Assim foi possível aumento real do salário mínimo e melhora dos benefícios da Previdência Social, ampliação do alcance do programa Bolsa-Família, expansão do crédito e política habitacional para as famílias de baixa renda. Criou-se um pequeno ciclo de crescimento da produção e do emprego, com melhora na distribuição da renda entre os que vivem do trabalho. Essa conjuntura, colada na expansão da produção e do comércio mundiais, comandadas pelos EUA e China, permitiu maior autonomia relativa do Estado, possibilitando a Lula maior margem na arbitragem das distintas frações do capital. Com isso, a fração estatal do capital ganhou espaço no interior do bloco no poder, redefinindo-o novamente.

O governo Dilma seguiu com a mesma política econômica, mas a conjuntura internacional se alterou com a crise mundial do capitalismo e com efeitos negativos sobre os países da periferia em 2008. Em 2011, início do governo Dilma, isso foi agravado pela crise da dívida soberana dos países da zona do euro. Portanto, a manutenção do tripé e das demais políticas públicas não foi mais suficiente para dar continuidade ao ciclo iniciado no governo Lula.

A capacidade do governo

Dilma de continuar com tal política macroeconômica, descolada da conjuntura mundial, tornou-se quase zero.

É importante ter claro que, em eventual segundo governo, Dilma vai adotar medidas ortodoxas, como forte ajuste fiscal, por exemplo. Mas o cenário para a classe trabalhadora será pior, caso ocorra a vitória eleitoral do programa neoliberal de Aécio Neves.

Durante o primeiro turno, a defesa da independência do Banco Central por Marina Silva levantou a bola para o governo Dilma/Lula, o PT chapa branca e os comunistas de logotipo.

E o debate ficou na superfície dos problemas estruturais do capitalismo brasileiro e com repercussões graves para os trabalhadores. Historicamente, a economia brasileira é dependente e subordinada aos países imperialistas, em particular aos EUA.

O Banco Central independente é a legitimação dos interesses do capital financeiro no interior do Estado, através do controle da política econômica e seus efeitos sobre a luta entre as classes e frações de classes. A independência do Banco Central é dar ao capital financeiro a chave do cofre, pois esses interesses se colocariam acima do governo eleito pela sociedade, em nome de inexistente neutralidade da austeridade fiscal e da defesa da moeda.

Mas com ou sem Banco Central independente, o capital financeiro já influencia políticas econômicas dos governos, em especial de seus Bancos Centrais, ameaçando com a fuga de capitais e/ou desencadeamento de crise cambial. Portanto, a independência jurídica e formal do Banco Central não é condição para o capital financeiro garan-

Continua na próxima página

Continuação da
página anterior

tir seus interesses no interior do Estado, mas reforça e legitima a sua influência, dificultando o questionamento pelas demais forças político-sociais e do próprio bloco no poder

Aécio e Marina defendiam a dependência do Banco Central ao capital financeiro. Mas a sua influência ocorreu no governo Dilma, e vai continuar ocorrendo num eventual segundo governo, embora ela seja contra a sua independência legal.

É preciso levar em conta que as teses reacionárias da homofobia, pela manutenção da genocida lei do aborto e a não descriminalização da maconha, se fortaleceram na sociedade burguesa.

Por isso, vença quem vencer o segundo turno, a situação econômica vai piorar e os comunistas, a esquerda revolucionária, se ainda quiser pongar no bonde da história, precisa se preparar para lutar nas ruas pela alternativa operária e popular: criticar as concessões à classe média conservadora, que quer a PM matando pobres e negros nas periferias, e entender que a luta é de longa duração. E não ter receio de resgatar sua trajetória, aprender com os erros do seu passado, deixar de cultuar heróis, pensar e fazer grande.

Reconhecer que a esquerda revolucionária está enfraquecida e que a luta pelo socialismo não se faz com propaganda eleitoral na televisão. É preciso incluir milhões de trabalhadores brasileiros, os anarquistas, a esquerda do PT e movimentos sociais combativos, mesmos aqueles ainda iludidos com o governo social liberal de petistas chapa branca.

Mas não será passeando como garças pela Paulista e outras avenidas do Brasil que faremos a revolução.

Afinal, é hora de escolher entre a barbárie ou a revolução socialista.

Otto Filgueiras é jornalista e está lançando o livro *Revolucionários sem rosto, uma história da Ação Popular*.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mandato da MINUSTAH chega ao fim no Haiti

Acaba na próxima quarta-feira, 15/10, o mandato anual da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que foi instituída há dez anos. A Missão foi criada pela ONU após a deposição ilegal de um presidente democraticamente eleito.

Um dia antes do fim do mandato, em 14/10, o Con-

selho de Segurança da ONU irá decidir se renova a permanência da MINUSTAH ou não. Em toda América Latina movimentos populares, organizações, sindicatos e figuras políticas demonstram solidariedade à resistência haitiana e exigem à ONU o fim da Missão e a retirada imediata das tropas estrangeiras que ocupam o país.

Governo do Estado barra reintegração de metroviários

Na quarta-feira, 8/10, o Sindicato dos Metroviários soube que o governo do estado de São Paulo e o Metrô recorreram na justiça e conseguiram suspender a liminar que concedeu a reintegração do primeiro grupo de trabalhadores demitidos de-

vido à greve da categoria. Foram 42 metroviários que perderam seus empregos em junho deste ano. Em entrevista à CSP-Conlutas, Camila Lisboa, uma das funcionárias demitidas, afirma que o Sindicato irá recorrer para frear a suspensão.

Greve dos bancários termina com conquistas da categoria

Na segunda-feira, 6/10, os bancários de São Paulo, Osasco e de outros quinze municípios da região aceitaram a proposta do sindicato patronal e finalizaram a greve que durou uma semana.

A Federação Nacional dos Bancos se comprometeu a aumentar em 8,5% o salário (aumento real de 2,02%) e em 9% o piso (aumento real

de 2,5%). Além disso, o vale refeição será de R\$ 26 por dia, com reajuste de 12% e 5,5% de ganho real.

Os bancários também conseguiram melhores condições de trabalho: será incluído na Convenção Coletiva de Trabalho uma cláusula que instaura monitoramento de resultados, a fim de evitar conflitos.

Isabel Loureiro e Michael Löwy conversam sobre Rosa Luxemburgo na Casa do Povo

A peça *Rózà*, que tem por base as cartas de Rosa Luxemburgo, está em curta temporada na Casa do Povo. Foram convidados Isabel Loureiro e Michael Löwy, grandes conhecedores da obra da revolucionária, para conversarem com o público após a apresentação do dia 18/10. O espetáculo é dirigido por Martha Kiss e Joana Levi. As cartas são interpretadas por três atrizes diferentes e trazidas ao público por meio da palavra, do vídeo, do canto e da música na busca de uma relação sutil e particular entre o momento histórico e o contemporâneo. O público de "*Rózà*" é convidado a entrar em um espaço-instalação que reproduz ora uma casa, ora uma prisão, e acompanhar a trajetória desta personagem, compartilhando suas caminhadas e lutas até a sua prisão e morte. A peça é uma provocação visual sobre os dilemas de nossos tempos. O espetáculo acontece na Casa do Povo (Rua Três Rios, 252), às 20h. Os ingressos custam R\$30 (R\$ 15 a meia entrada) e são apenas 100 lugares. Para reservas e informações, entre em contato pelo email rozaespetaculo@gmail.com. Se você é estudante e deseja certificado de presença, por favor, entre em contato com a Fundação Rosa Luxemburgo até 16/10 (debora@rosaluxspba.org ou 3796-9901).

ROLA NA RAMPA

APROPUC sedia encontro das instituições particulares

A ANDES Sindicato Nacional realizará na sede da APROPUC, nos dias 18 e 19/10 um encontro nacional das instituições particulares de ensino superior, IPES. Os docentes discutirão as seguintes pautas: no dia 18/10, 1- Condições de trabalho e precarização; 2. Carreira docente e plano de cargos e salários - perspecti-

vas políticas e jurídicas; 3. Autonomia acadêmica e universitária - mantenedoras e fundações privadas ditas "de apoio"; 4. Possibilidades de ações conjuntas para o enfrentamento de problemas crônicos no Setor das IPES. Já no dia 19/10 acontece uma plenária para definição de encaminhamentos.

Desaposentação entra na pauta do STF

O Supremo Tribunal Federal iniciou na quinta-feira, 9/10 o debate sobre a chamada desaposentação, mecanismo pelo qual o aposentado que volta a trabalhar poderia pedir a revisão de seu benefício. O relator do processo entendeu ser possível atender ao pedido dos aposentados, porém visando diminuir o impacto que a medida poderia causar aos cofres públicos su-

geriu um mecanismo para o recálculo da aposentadoria. Pela proposta, sobre o valor da segunda aposentadoria incidiria ainda o famigerado fator previdenciário, invenção de Fernando Henrique que os governos do PT prometeram acabar, mas recuaram. Assim o aposentado ganharia um pouco mais em seu benefício, mas não aquilo que o projeto original previa.

Jornada de Psicologia Sócio-Histórica acontece na PUC-SP

A VII Jornada de Psicologia Sócio-Histórica da PUC-SP aconteceu no Tucarena no dia 8/10. O tema do evento foi "A Psicologia no Contexto Latino-Americano: contribuições para uma perspectiva crítica", e trouxe nomes como Nildo Domingos Ouriques, professor da UFSC, e Mitsuko Aparecida Makino Antunes, professora da PUC-SP, além de apresentações de tra-

balhos e debates. O evento foi organizado pela Equipe de Psicologia Sócio-Histórica da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP e pelo Grupo de Pesquisa sobre Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social, além de apoio da FACHS e dos programas de pós-graduação em Psicologia Social, Psicologia Clínica e Psicologia da Educação da PUC-SP.

APROPUC disponibilizará vídeo do debate das esquerdas

Nesta semana a APROPUC estará colocando em seu site a versão completa do debate dos partidos de esquerda sobre as eleições 2014, realizado na PUC-SP

no dia 7/10. Trata-se da versão integral do debate, e os interessados poderão, nos próximos dias acessar o site da entidade www.apropucsp.org.br.

Participação nos lucros deve ser paga até 15/10

Até esta quarta-feira, 15/10, as instituições de ensino superior, segundo prevê a Convenção coletiva do Sinpro-SP e da SAA-ESP, devem pagar a chamada Participação nos Lucros e Resultados. As insti-

tuições sem fins lucrativos, segundo a Convenção, devem pagar até 25% do salário bruto do trabalhador. A Fundação São Paulo não se manifestou até o momento sobre o pagamento.

Beatles e Clube da Esquina juntos na Biblioteca da PUC-SP

A ex-aluna do curso de jornalismo da PUC-SP e colaboradora da TV PUC, Ana Claudia Costa, apresentará a Instalação "Os Beatles das Gerais", no espaço cultural da Biblioteca Nadir Gouvêa Kfour, de 13/10 a 06/11. A exposição, com apoio da Agência On-Line Mauricio Tragtenberg e da Rede PUC, retrata as influências estéticas e ideológicas dos Beatles na obra dos artistas mineiros do Clube da Esquina e surgiu como consequência de seu TCC no curso de Jornalismo na PUC-SP, em 2013.



Aluna da PUC-SP concorre a Prêmio Santander Empreendedor

A estudante do curso de Administração da PUC-SP, Augusta Estrada Pacheco, representará a PUC-SP no Prêmio Santander Empreendedor 2014. O projeto da universidade está entre as 150 iniciativas selecionadas pela organização, e a primeira fase é decidida por júri popular. Até as 18h do dia 16/10, qualquer pessoa poderá votar

no projeto pelo site www.santander.com.br/universidades (na aba Prêmios). Os três resumos mais votados serão finalistas do Júri Popular e, após a produção de vídeos com cada um dos finalistas, a 2ª fase será aberta em 27/10 e ficará até o dia 3/11, às 18h, para a escolha do vencedor da 10ª edição do evento.

Coletivo Yabá realiza debate sobre legalização do aborto

O Coletivo Feminista Yabá, formado por mulheres estudantes do curso de Direito, organizou no dia 9/10 um cine-debate para discutir a legalização do aborto. Sendo dia 28/9 o Dia de Luta pela Descriminalização e Legalização do aborto na América Latina, o debate girou

em torno de compreender como está a questão do aborto no Brasil hoje, o porquê de coletivos feministas afirmarem que aborto é questão de Saúde Pública e de autonomia das mulheres, entre outras dúvidas sobre o assunto, que ainda hoje é considerado um tabu.